



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



# CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

## PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GPS (SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL)

ABS-C/13/2024

Convida-se V. Ex<sup>as</sup> a apresentar proposta no âmbito do procedimento de contratação pública em referência [ABS-C/13/2024 (ajuste direto, nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, que adapta o CCP à Região Autónoma da Madeira, visando a celebração de um contrato administrativo de aquisição de serviços, nos termos do artigo 280.º do CCP.

### 1. Objeto do contrato

O presente procedimento pré-contratual por ajuste direto n.º ABS-C/13/2024 tem por objeto principal «**Contratação de Serviço de GPS (Sistema de Posicionamento Global)**» com a seguinte classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) 50111100-7 - Serviços de gestão de frotas de veículos.

### 2. Entidade Adjudicante

2.1. IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/M, de 24 de agosto, com o Capital Social de 10.500.000,00€, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º único 511035365, com sede à Rua Dr. Pestana Júnior n.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS  
DA MADEIRA, EPERAM

6, 9064-506 Funchal, com o n.º de telefone 291 145 240; URL: <http://www.ihm.pt> e e-mail: [ihm@ihm.pt](mailto:ihm@ihm.pt).

2.2. A Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada é a **acinGov** – [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **3. Órgão responsável pela decisão de contratar**

3.1. A decisão de contratar, autorização da despesa e abertura do procedimento, foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da IHM, EPERAM, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, conjugado com o disposto no artigo 36.º do CCP;

3.2. As peças do procedimento, convite e caderno de encargos, são aprovadas através de deliberação do Conselho de Administração da IHM, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

3.3. Os eventuais esclarecimentos solicitados e prestados necessários à boa compreensão e interpretação do objeto do contrato, as listas de erros e omissões apresentadas e respetivas decisões serão disponibilizados através dos meios eletrónicos referidos no n.º 2 supra;

3.4. O órgão competente para prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é do Serviço de Apoio ao Funcionamento da IHM, EPERAM.

### **4. Órgão competente para esclarecimentos, retificações, erros e omissões das peças do procedimento**

4.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, são da competência do serviço técnico mencionado no n.º anterior, devendo ser solicitados pelo interessado, por escrito, através da plataforma AcinGov, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para

apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, subjacente ao dever de fundamentação, os erros e omissões das peças por si detetados, em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

4.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da contraente são prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar, por escrito, através da identificada plataforma, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3. No prazo indicado no n.º 2, o contraente deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites.

4.4. Dentro do prazo e nos termos referidos no n.º 2, o contraente pode oficiosamente proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento, nos termos do n.º 7 do artigo 50.º do CCP.

4.5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas de erros e omissões são juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo, de imediato, notificado ao interessado que as tenham adquirido, de tal facto.

## **5. Documentos que constituem a proposta**

5.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M;
- b) Documento que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução regulados pelo caderno de encargos, contenha os

atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber, preço total, expresso em euros, em algarismos, com o máximo de duas casas decimais, e com a exclusão do IVA, de acordo com o preenchimento do Anexo III ao presente Convite.

5.2. Os documentos que constituem a proposta devem nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Para o efeito, o concorrente deverá juntar os documentos necessários para comprovar a existência de poderes para obrigar do(s) assinante(s) (certidão do registo comercial, procuração ou outro documento de mandato equivalente);

5.3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;

5.4. Na elaboração dos documentos que constituem a proposta o concorrente deverá considerar, ainda, o disposto nos artigos 57.º, n.º 3, 58.º e 60.º do CCP;

5.5. Cada um dos documentos que constituem a proposta enumerados nas alíneas do n.º 5.1 *supra*, e qualquer outro que o concorrente apresente, deve ser apresentado em ficheiro autónomo, em *formato pdf*.

## **6. Assinatura eletrónica**

6.1. Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente nos artigos 54.º e 68.º:

- a) Cada um dos documentos que constitui a proposta deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos das alíneas seguintes;

- b) Os documentos elaborados ou preenchidos pelo concorrente devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
- c) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete;
- d) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original;
- e) Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex: ficheiro em formato .ZIP) a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem;
- f) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

## **7. Prazo para a apresentação das propostas**

A proposta deve ser apresentada via plataforma *AcinGov*, até às 17:00, do 3.º dia a contar da data do envio do presente convite.

## **8. Análise da proposta: esclarecimentos e suprimentos**

8.1. O serviço técnico pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.

8.2. Os esclarecimentos prestados pelo respetivo concorrente fazem parte integrante da mesma, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

8.3. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, o serviço técnico deve solicitar ao concorrente que, no prazo máximo de cinco dias, proceda ao suprimento de irregularidades formais da sua proposta, que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo a declaração do Anexo I-M;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

8.4. O serviço técnico procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na candidatura ou proposta, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

## **9. Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

## **10. Negociação das propostas**

As propostas não serão objeto de negociação.

## **11. Prazo de manutenção das propostas**

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma, nos termos do artigo 65.º do CCP.

## **12. Preço Base**

O preço base do procedimento é de € 8.500,00 (oito mil e quinhentos euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, é fundamentado em critérios objetivos, obtidos pela Entidade Adjudicante, na sequência dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, levados a cabo pela IHM, EPERAM, nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 47.º do CCP.

### **13. Prazo de execução da prestação de serviços**

O serviço objeto do contrato e obrigações acessórias deverão ser executados durante o prazo de 36 meses, produzindo os efeitos com a publicação do Relatório de Formação de Contrato nos termos do artigo 127.º do CCP.

### **14. Documentos de habilitação**

14.1. O cocontratante deverá apresentar na plataforma eletrónica <sup>(1)</sup>, no prazo de 2 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação que forem exigidos ao abrigo do disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com o disposto no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, nos termos definidos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, nomeadamente:

- a) Declaração, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II-M, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, em anexo ao presente convite;
- b) Certidão do Registo Comercial;
- c) Documento comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
- d) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b e h) do artigo 55.º do CCP (registo criminal da pessoa singular

---

*(<sup>1</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o cocontratante pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à contraente o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Neste caso, para efeitos de consulta da informação anterior pela contraente, considera-se prestado o consentimento do cocontratante, nos termos da lei.*



- ou, no caso de pessoa coletiva, registo criminal da pessoa coletiva e do (s) titular (es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência) <sup>(2)</sup>;
- e) Documento comprovativo de que tem a situação contributiva regularizada <sup>(3)</sup>;
- f) Documento comprovativo de que tem a situação tributária regularizada <sup>(4)</sup>;
- g) Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o cocontratante tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira <sup>(5)</sup> - (se aplicável);
- h) Última Declaração de Rendimentos e Retenções (modelo 10) - (se aplicável);
- i) Última Declaração Mensal de Remunerações (DMR) <sup>(6)</sup>, apresentada perante a Autoridade Tributária (AT), acompanhada do respetivo Documento Único de Cobrança (DUC) - (se aplicável);
- j) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES) - (se aplicável);
- k) Anexo R da última declaração periódica do IVA - (se aplicável).

14.2. Caso o cocontratante considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referentes a rendimentos

---

*(2) O cocontratante não tem de apresentar os documentos previstos nesta alínea se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado e se essa informação já estiver disponível para consulta pela contraente, conforme disposto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP.*

*(3) Cfr. Nota de rodapé n.º 2.*

*(4) Cfr. Nota de rodapé n.º 2.*

*(5) Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, o cocontratante deve apresentar a declaração de rendimentos durante o prazo de vigência do contrato, conforme previsto na cláusula 27 do caderno de encargos.*

*(6) Além da última Declaração Mensal de Remunerações (DMR) pretende-se, também, o Documento Único de Cobrança (Guia de Pagamento) e não o comprovativo do pagamento.*

gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

14.3. Os documentos de habilitação deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos definidos na cláusula 6.ª do convite à apresentação de proposta.

14.4. O prazo para o cocontratante suprir irregularidades nos documentos apresentados, quando tal lhe seja solicitado pela contraente, será de 1 dia.

14.5. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do cocontratante ao órgão competente para a decisão de contratar.

## **15. Caução**

Não é exigível caução, atendendo ao disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, na sua redação atual.

## **16. Redução do contrato a escrito**

Nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, conjugado com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos os diplomas na sua redação atual, não é exigível a redução do contrato a escrito.

## 17. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissão no presente convite e seus anexos, deve aplicar-se o disposto em legislação europeia e nacional, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação em vigor;
- b) Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação em vigor;
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação portuguesa aplicável.

O Presidente do Conselho de Administração

---

João Pedro Sousa

- ***As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.***

### Em Anexo:

- Modelo de declaração, Anexo I-M;
- Modelo de declaração, Anexo II-M;
- Modelo de proposta de preço, Anexo III.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## ANEXO I-M

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6º do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M de 14 de agosto, na redação atual]

1-... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> .... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) ....

b) .....

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a contraente o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do nº 1 do artigo 55º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), ... [assinatura <sup>(4)</sup>].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## ANEXO II-M

### Modelo de declaração

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), cocontratante(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



### ANEXO III

#### **Modelo de proposta de preço**

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos, relativo à execução do contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de ***Ajuste Direto «ABS-C/13/2024»***, com vista à ***Aquisição de serviços de GPS (Sistema de Posicionamento Global)***, propõe-se a prestar os serviços referidos pelo            preço            total            de            \_\_\_\_\_ €  
(\_\_\_\_\_), não incluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

2- À quantia supra indicada acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

S5964614